

O marfim no mundo moderno: comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX)

Rogéria Cristina Alves

Universidade do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
rogeriaufmg@gmail.com

Resenha da Obra: SILVA, V. S. (org.). *O marfim no mundo moderno. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX)* 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

A professora de História da África, Vanicléia Silva Santos é a organizadora da obra “*O marfim no mundo moderno: Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX)*”, fruto das pesquisas realizadas no âmbito do projeto “*Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*”. O projeto é uma parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Lisboa, que reúne pesquisadores, docentes e discentes, de diferentes departamentos e áreas, como os Departamentos de História (FAFICH), de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes (EBA) e o Departamento de Museologia, da Escola de Ciências da Informação (ECI). O livro é composto por dez capítulos, subdivididos em duas partes.

Os estudos sobre a presença no Brasil de objetos em marfim¹, por um longo período de tempo, foram incipientes. Embora existam registros sobre a presença do marfim “*in natura*” nos portos brasileiros durante o século XVIII, os estudos pioneiros sobre os marfins no Brasil centravam-se na análise dos objetos fabricados neste material, nomeadamente as esculturas religiosas, também chamadas de *imaginária cristã* e ressaltavam a procedência indiana das mesmas - ainda que considerem a origem africana da matéria prima para fabricação de tais objetos. Neste sentido, as principais pesquisas

¹ O marfim foi definido diferentemente ao longo da história. O termo marfim pode estar diretamente associado à dentina (dentes) ou presas dos elefantes, dos hipopótamos, das morsas, do narval, do javali africano, do cachalote, dos extintos mamutes e dos mastodontes siberianos - nessas duas últimas espécies, o marfim é utilizado em sua forma fossilizada. Ossos e chifres de diferentes animais também são utilizados no fabrico de objetos variados e muitas vezes são confundidos com o marfim. Mariza de Carvalho Soares defende que até o século XIX dava-se o nome de marfim apenas aos segmentos de dentes de elefantes, fossem eles brutos ou lavrados.

brasileiras as quais denominamos “primeira geração de estudos sobre o marfim”, foram produzidas durante as décadas de 70 e 90 do século XX e nos anos 2000.²

Santos argumenta que o primeiro catálogo de museu publicado no Brasil, com um inventário descritivo das peças em marfim foi o “*Pequeno Guia do Museu de Arte Sacra de São Paulo*”, organizado pelo curador do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Pedro Oliveira Ribeiro Neto, em 1970. Neste catálogo estão alistadas 16 peças sacras em marfim. Na mesma década, o museu publicou outro catálogo, no qual constavam 18 peças sacras em marfim:

A maioria destas foi descrita como “oriental” (4), “europeu” (2), “espanhol” (1) e “italiana”. Certamente, tais hipóteses são baseadas apenas em comparações estilísticas. As demais peças não têm referência sobre as origens e as datas são baseadas em critérios não esclarecidos.³

A coleção Orlando de Castro Lima, pertencente ao Museu de Arte Sacra da Bahia, foi a segunda coleção, no Brasil, a ter um catálogo sobre suas peças. Publicado no ano de 1987, o catálogo denominado *O Museu de Arte-Sacra da Bahia*⁴, registrava a existência de 14 objetos sacros em marfim, com predominância de crucifixos e de imagens de santas (predominantemente, Nossa Senhora da Conceição). Pedro Maia, o autor das análises dos objetos, atribui origem indiana à maioria das peças, amparado pelos estudos de Bernardo Ferrão Tavares e Távora, português, engenheiro e estudioso da imaginária indiana, na década de 60. O catálogo também faz referência ao comércio entre a Bahia e a Índia - suposto local de origem das peças em marfim existentes em Salvador - embora não avance significativamente com evidências e dados mais consistentes sobre a existência dessa rota do marfim.⁵

Os registros sobre a primeira exposição no Brasil, composta inteiramente de peças em marfim, datam de 1993. Intitulada de “*A Arte do Marfim*”, a exposição ocorreu no Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, sob a curadoria de Lucila

² Após a aprovação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), em 1989, o comércio internacional de marfim foi proibido. Desde então, vários países destruíram as presas ou objetos confeccionados com esse material, com o objetivo de não estimular a captura e morte dos elefantes.

³ SANTOS, V. S. Introdução - Marfins no Brasil e no Atlântico. In: SILVA, V. S. (Org.). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 19.

⁴ MAIA, P. M. *O Museu de Arte-Sacra*. Universidade Federal da Bahia. São Paulo: Banco Safra, 1987.

⁵ SANTOS, V. S. Introdução - Marfins no Brasil e no Atlântico. In: SILVA, V. S. (Org.). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 19-20.

Morais Santos e na ocasião, foi produzido um catálogo sobre as peças.⁶ Quase uma década depois, em 2002, a mesma curadora realizou outra exposição, chamada de “*A sagração do Marfim*”. Ambas as exposições utilizaram peças da Coleção Souza Lima - a maior e mais importante reunião de peças em marfim do Brasil.⁷ Os catálogos gerados por essas duas exposições, ressaltam a proveniência indiana das peças, baseados, especialmente, na análise estilística dos objetos, que considera aspectos como os traços do rosto, as cabeleiras, as orelhas, as vestes e os pedestais. Segundo Lucila Moraes Santos, curadora de ambas as exposições: “A existência dessas imagens entre nós, está ligada ao avanço português na Ásia a partir do século XV, ao trabalho de catequese cristã e à condição colonial brasileira mantida por Portugal até o século XIX”.⁸

Outro importante acervo de objetos em marfim no Brasil é a coleção Mário de Andrade, que reúne peças adquiridas pelo escritor durante as primeiras décadas do século XX. No ano de 2004 foi publicado o catálogo “*Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia; Música e Dança; Cotidiano*”⁹, cuja análise é muito semelhante àquela empreendida por Lucila Moraes Santos, em 2002.

Santos chama atenção para a divulgação recente de algumas instituições brasileiras, que declararam ter peças em marfim em suas coleções:

[...] como o Museu Nacional, que possui uma presa de marfim lavrada, mas ainda não há informação de sua procedência; a Coleção Eva Klabin de São Paulo, que não tem inventário publicado; e a Fundação Brenand de Pernambuco. Contudo, nenhuma apresenta análise profunda acerca dos objetos.¹⁰

Observa-se que os estudos sobre a presença do marfim em terras brasileiras, por um bom período, estiveram restritos aos mencionados catálogos, e que a nomenclatura “*marfins indianos*” prevaleceu na análise destes objetos, fundamentada na afirmação de que estes marfins foram lavrados em solo indiano e considerando-se, portanto, somente essa perspectiva para a sua classificação. Contudo, sabe-se que boa parte do marfim

⁶ FERREIRA, R. *O marfim e a imaginária*. A arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993.

⁷ Esta coleção possui 572 peças em marfim reunidas e colecionadas por José Luiz de Souza Lima, entre os anos de 1919 e 1930. No ano de 1940 foi integrada ao Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, onde permanece até hoje.

⁸ SANTOS, L. M. *A sagração do marfim*. Coleção do Museu Histórico Nacional. IPHAN/RJ, 2002, p.6.

⁹ BATISTA, M. R. (org.). *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia; Música e Dança; Cotidiano*. São Paulo: IEB-USP, 2004.

¹⁰ SANTOS, V. S. Introdução - Marfins no Brasil e no Atlântico. In: SILVA, V. S. (Org.). *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status social (séculos XV-XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 22.

esculpido na Índia, tinha proveniência africana, haja vista a existência de um comércio de marfim *africano in natura* para a Índia, de longa data.¹¹

A segunda geração de pesquisas sobre os marfins no Brasil, surge com o estudo proposto por um historiador, Jorge Lúzio, em 2011, e cujo teor transcendia os aspectos estilísticos das peças. O autor pesquisou a coleção do Museu de Arte Sacra da Bahia - com ênfase na iconografia - e notou que na confecção das peças, os artistas indianos fizeram uma justaposição de símbolos das religiões cristã e hindu, com destaque para as posições das pernas, mãos e braços dos santos e a inserção de animais, árvores e objetos antropomorfos em seu conjunto.¹² Lúzio defende que tais peças materializaram a amálgama de culturas que formavam o império português, impregnadas de significados múltiplos e origens diversas, considerando desta forma, o contexto de circulação de bens e mercadorias durante o período moderno.

Lúzio, apoiado nos estudos de Pedro Dias, acredita que a circulação das peças em marfim no circuito Índia/Brasil ocorria especialmente pelo embarque de estatuetas de marfim, frequentemente trazidas como relíquias e amuletos para os perigos da viagem, em embarcações que percorriam este circuito. Nesse ínterim é preciso se considerar que extenso tempo de viagem levava os tripulantes a cumprirem em alto mar, o calendário religioso. Além disto:

Por terem sido compatíveis para o transporte, resistentes e de uso adaptado às condições das naus, imagens dos santos em marfim passaram a compor as atividades religiosas e acompanhar a gente do mar de um porto a outro se tornando efetivamente inseridas nas devoções dos deslocamentos marítimos.¹³

França, Barboza e Quites, argumentam que ainda no século XVI, embarcações saídas da Índia portuguesa, com destino à metrópole, faziam escala no porto de São Salvador, na Bahia – por suspeita de naufrágio ou sob o pretexto de erro de rota. Nesse

¹¹ Sobre essa temática, há alguns estudos: SHERIFF, A. A costa da África oriental e seu papel no comércio marítimo. In: MOKHTAR, G. *História Geral da África*, Vol. 2. África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010, p.625; HRBEK, I. A África no contexto da história mundial. In: FASI, El M. *História Geral da África*, Vol. 3. África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010, p. 29; HUFFMAN, T. A África Meridional ao sul do Zambeze. In: FASI, El M. *História Geral da África*, Vol. 3. África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010, p. 790 e 791; ANTUNES, L. F. D. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: FRAGOSO, J. ... [Et al], (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2ª Edição. Vitória: EDUFES, 2014, p. 142.

¹² LÚZIO, J. M. S. *Sagrado marfim - O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

¹³ LÚZIO, J. M. S. *Sagrado marfim - O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011, p. 16.

desvio de percurso, objetos de origem indiana eram deixados em solo baiano, e entre esses se destacavam as pequenas esculturas de marfim.¹⁴ Embora plausível, o argumento dos autores não é corroborado por evidências documentais. Contudo, é importante lembrar que a Bahia foi sede do Governo Geral e estabelecia comércio com outros portos do Império Português, sendo uma localidade recorrente e ativa no trânsito comercial estabelecido no atlântico, especialmente, em razão de sua conexão marítima com as Índias.¹⁵

A terceira geração de pesquisas sobre os marfins no Brasil tem fôlego renovado com as pesquisas dos integrantes do já mencionado projeto “*Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*”, cujos esforços de investigação deram origem à obra em questão. Esta nova seara de pesquisas sobre os marfins no Brasil visa preencher a lacuna acerca do comércio, produção, posse e tipologia dos marfins no Brasil e no mundo Atlântico.

A primeira parte do livro, intitulada “O comércio de marfim na África Atlântica e no Índico (séculos XV-XIX)” é composta por cinco textos, de autoria de cinco diferentes autores.

No ensaio “*O mpungi nas fontes portuguesas sobre o Congo, 1483-1512*”, Mariza Soares dialoga com a historiografia sobre dos estudos classificatórios dos marfins africanos e ressalta a ausência de profundidade nos estudos sobre os marfins originários da região do Congo e Angola. A pesquisadora rebate a classificação dos olifantes¹⁶ oriundos da África Centro-Occidental, enquanto “apócrifos” e com base em novas evidências sugere que tais marfins devem ser compreendidos como congolezes, observando-se suas particularidades.

O comércio do marfim a partir do Rio Gâmbia, é a temática central trabalhada por Felipe Malacco no texto intitulado de “A caça de elefantes e o comércio de marfim no Rio Gâmbia, 1580-1630”. Já Sílvio Marcus Correa analisa o lugar de destaque que os

¹⁴ FRANÇA, C. L.; BARBOZA, K. de M.; QUITES, M. R. E. Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim. 19º Encontro da Associação Nacional de pesquisadores em artes plásticas. "Entre territórios" - 20 a 25/09/2010 - Cachoeira, Bahia, Brasil, p. 2639-2653. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf>. Acesso em 02/02/2015, p.2643-44.

¹⁵ LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000.

¹⁶ Também chamados de trompas, chifres de caça e ainda *mpungi*, são peças de origem africana, ricamente adornadas e fabricadas em marfim. Para maiores informações sobre essas peças, veja: AFONSO, Luís Urbano; HORTA, José da Silva. "Olifantes afro-portugueses com cenas de caça". *ARTIS*, nº1, 2013, pp.19-29. ALVES, Rogéria C. "Fascinante marfim: a circulação dos objetos em marfim de origem africana (Angola, Portugal e Brasil, Séculos XVIII e XIX)", *Revista ARS Histórica*, jan-jun, 2017, pp.137-156.

elefantes e presas de marfim tiveram na iconografia da corte de Nassau, entre 1637 a 1644, destacando a importância comercial do marfim para as cortes europeias do período.

O ensaio de Jorge Lúzio analisa as interações comerciais entre portugueses e africanos na costa da África oriental e os fundamentos da formação de artistas indianos, escultores do marfim, com motivos da arte hindu e cristã. Já o texto de Carolina Corrêa trata do comércio de marfim, nas primeiras décadas do século XIX, no Presídio de Cambambe, no interior de Angola. A partir de fontes inéditas, a autora analisa a conjuntura do fim do tráfico transatlântico de escravizados face ao crescente comércio de marfim e cera de abelha.

Na segunda parte do livro, “A circulação e os usos do marfim no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XIX”, outros seis pesquisadores debruçam-se sobre novas fontes e evidências documentais sobre a presença de objetos em marfim, no Brasil.

René Lomnez Gomes avança na discussão sobre a produção e circulação dos objetos em marfim, a partir da corte de Nassau e a presença de dentes de marfim e de móveis talhados em marfim produzidos no Brasil e adquiridos pelo rei da Dinamarca Frederik III. O texto de Eduardo França Paiva analisa um conjunto de inventários do século XVIII, referentes a Minas Gerais colonial, em busca de objetos em marfim e na tentativa de traçar o perfil desses proprietários, refletindo sobre a importância de se relacionar a origem dos bens arrolados nos inventários, a fim de identificar possíveis rotas que levaram os marfins até as Minas Gerais.

Vanicléia Santos e Rogéria Alves realizam uma análise sobre o perfil dos proprietários de objetos em marfim, para a comarca do Rio das Velhas, no século XVIII, no intuito de identificar questões maiores como a origem, autoria da produção e valores destes objetos. As autoras identificam a presença de objetos de marfim africano, comuns à região de Angola e Congo, em Minas colonial.

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva, a partir da análise de inventários do século XIX, para a localidade de Piranga - uma freguesia do interior de Minas, que não estava fora do circuito comercial das mercadorias atlânticas - procura investigar como a posse do marfim tornou-se um novo padrão de consumo e de diferenciação social em Minas Gerais, refletindo sobre os usos do marfim e valores intrínsecos e extrínsecos ao porte do mesmo.

O texto de Márcio Pereira Mota fecha o livro e avança nas descobertas sobre os usos do marfim, no Brasil colonial. Evidenciando o uso medicinal do marfim, a partir de

proeminências presentes no cotidiano do Brasil colonial, o autor nos aponta outra frente de buscas possíveis sobre a pesquisa em torno da circulação do marfim.

As contribuições das pesquisas empreendidas na obra indicaram a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre o marfim. Avançou-se nas constatações sobre a presença do marfim no interior do Brasil, em localidades distantes do litoral e integrantes da rede atlântica de comércio. Faltaram evidências e dados sobre a existência de uma produção local de objetos em marfim para o Brasil setecentista e ainda não foi possível conhecer os caminhos e formas como o marfim alcançava o interior do Brasil, tão pouco foi possível conhecer quem eram os comerciantes responsáveis por esse trato. Quanto ao perfil dos proprietários de objetos em marfim, algumas indicações foram levantadas: sabe-se que em Minas Gerais, dos séculos XVIII e XIX, o marfim esteve presente em lares de sujeitos brancos e abastados, mas também figurou entre os bens de mulheres de origem africana e forras. Quanto à tipologia dos objetos em marfim, as pesquisas apontaram para uma predominância de objetos utilitários e devocionais/religiosos.

Embora instigantes e profícuas, as pesquisas realizadas até o momento não sanaram todas as dúvidas em torno do comércio, usos e circulação dos marfins de origem africana no espaço Atlântico. Ao contrário: revelaram que esta seara ainda precisa ser adentrada, seja sob novos pontos de vista, seja revisando estudos já consagrados, intencionando ampliá-los. Assim, ressalta-se, mais uma vez a necessidade de ampliação e aprofundamento dos estudos históricos que relacionam o Brasil e o continente africano.

SOBRE A AUTORA

Rogéria Cristina Alves é doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Recebido em 31/05/2018

Aceito em 17/07/2018